

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS**  
**INFORME BRASIL Nº 364**

Período: 13/02/2010 – 19/02/2010

**GEDES – Brasil**

- 1- Posicionamento brasileiro em relação ao programa nuclear iraniano gera controvérsias
- 2- Tropas brasileiras deverão permanecer no Haiti por longo período
- 3- Jornalista analisa exoneração de general que criticou a Comissão da Verdade
- 4- Submarino adquirido pelo Brasil é criticado pelo governo malaio
- 5- Programa de governo do Partido dos Trabalhadores pode reascender discussão sobre a Comissão da Verdade
- 6- Morre o último chefe do extinto Serviço Nacional de Informação

1- Posicionamento brasileiro em relação ao programa nuclear iraniano gera controvérsias

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, em virtude das críticas que o Brasil tem recebido de considerável parte da comunidade internacional por estreitar relações com o Irã, principalmente no que envolve o tema nuclear, o governo brasileiro buscará uma posição mais firme no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) para mostrar ao mundo que seu apoio ao Irã não é incondicional. A posição brasileira e a intenção de ser mediador da paz e do diálogo entre o Irã e demais países, como os Estados Unidos, tem sido consolidadas na ONU: por um lado, o Brasil se opõe à imposição de eventuais sanções ao Irã no Conselho de Segurança; por outro, endurece a crítica aos iranianos nos temas relacionados à violação dos direitos humanos. Os jornais apontaram que o Brasil se envolveu em uma série de reuniões sobre os dois temas (direitos humanos e programa nuclear), enquanto os EUA e aliados pressionam a ONU por novas sanções ao Irã, acreditando que o programa nuclear iraniano objetiva a construção de armamento nuclear, já que o enriquecimento do urânio desse país foi retomado a um nível mais alto nos últimos dias. Defendendo que há espaço para o diálogo com o Irã, mas consciente das críticas constantes, o Brasil busca coordenar uma atitude mais firme no Conselho de Direitos Humanos, o que lhe daria maior credibilidade perante a comunidade internacional para se tornar o mediador da questão nuclear. De acordo com a advogada, ativista e Nobel da Paz iraniana Shirin Ebadi, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deveria incluir na pauta de sua visita ao Irã, agendada para maio de 2010, temas econômicos e políticos, mas sobretudo assuntos relativos aos direitos humanos e à democracia, sugerindo que Lula também deveria se reunir com dissidentes do governo, pois dessa maneira ele estaria demonstrando respeito ao povo iraniano. Ebadi também criticou a possível aplicação de novas sanções ao Irã com relação ao seu programa nuclear, embora o presidente do país, Mahmoud Ahmadinejah, já tenha anunciado, no dia 11/02/10, a capacidade para produzir a bomba nuclear, enriquecendo o urânio a 80%. O discurso preocupou o chanceler brasileiro Celso Amorim, pois,

se colocado em prática, o enriquecimento do material a tais níveis significaria uma violação grave do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), do qual o Irã é signatário. Porém, a posição contrária às sanções adicionais ao Irã, defendida pelo Brasil, também conta com o apoio da China, que acredita no espaço para o diálogo com o Irã e na continuidade das negociações diplomáticas. Conforme publicado no *Estado*, o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota, afirmou que “Ainda existe a possibilidade de o Irã aceitar o enriquecimento de urânio a 20% (no exterior), como estava sendo discutido, apesar das recentes manifestações contraditórias do país”. Segundo os jornais, o chanceler Celso Amorim reiterou que partiu do presidente Ahmadinejad a iniciativa de trocar urânio enriquecido por combustível nuclear do exterior, que foi a base do acordo intermediado pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Além disso, o *Estado* noticiou que recentemente o Ministério das Relações Exteriores brasileiro enviou a autoridades iranianas um telegrama sigiloso alertando sobre as controvérsias entre a visão do governo Lula e a da sociedade brasileira com relação ao estreitamento das relações entre os dois países; a mensagem também relatava que a “aproximação seria facilitada caso a opinião pública brasileira tivesse uma avaliação mais positiva em relação ao Irã”. Ao discutir o estreitamento das relações entre Brasil e Irã, o editorial na *Folha*, no dia 14/02/10, criticou o alinhamento automático do Brasil ao Irã, afirmando que ao Brasil “cumpre romper com o papel de advogado de defesa do autoritário governo iraniano – função que o país parece querer desempenhar desde a reeleição do presidente Mahmoud Ahmadinejad, em junho de 2009”. Além disso, o jornal sugeriu que Lula suspendesse sua viagem ao país: “Não faz sentido o Brasil apressar-se em ser compreensivo com um governo que enforca dissidentes”. O editorial do jornal ainda explicou que, em virtude das polêmicas em torno do programa nuclear iraniano, o embate entre o país e os demais Estados ocidentais seria imprevisível e, portanto, o Brasil nada teria a ganhar com sua visita. Duras críticas foram feitas à política externa brasileira, “tradicionalmente conhecida por sua discrição, equidistância e passos seguros, tem sido marcada, em especial no segundo mandato do presidente Lula, por comportamentos erráticos e decisões trêfegas”. (Folha de S. Paulo – Mundo – 13/02/10; Folha de S. Paulo – Opinião – 14/02/10; O Estado de S. Paulo – Internacional – 13/02/10)

## 2- Tropas brasileiras deverão permanecer no Haiti por longo período

O jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou que a presença dos militares brasileiros no Haiti deverá se prolongar por “no mínimo, cinco anos”, conforme as palavras do comandante das forças brasileiras, coronel Ajaz Porto Pinheiro. Tal declaração corrobora o plano antecipado pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, que já havia afirmado a intenção de manter as tropas no país caribenho, tendo como umas das motivações a fuga de aproximadamente 5 mil presos haitianos que aproveitaram a situação caótica que se instalou no país após o terremoto do dia 12/01/10. Os militares brasileiros acreditam que a retirada precoce das tropas faça o Haiti regredir a níveis de insegurança que existiam no país no início da missão de paz, em 2004, quando gangues armadas dominavam regiões inteiras da capital Porto Príncipe. De acordo com o mesmo jornal, dezesseis países-membros da ONU teriam oferecido ajuda para reforçar

as forças de paz, incluindo a União Européia, que planeja enviar ao Haiti uma missão militar para construir abrigos provisórios para os desabrigados. A Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah) conta atualmente com 7.032 militares, sendo 1.280 brasileiros; além de 3.711 policiais estrangeiros. Desde os terremotos, o número vem sendo ampliado e até março de 2010, pelo menos mais 900 soldados brasileiros devem desembarcar no Haiti. O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que as tropas brasileiras teriam identificado indícios de ação de gangues armadas na favela Cité Soleil, na capital haitiana, e estariam planejando ações para captura dos criminosos. Recentemente o Batalhão Brasileiro (Brabatt) realizou a Operação Abafa, em Porto Príncipe, com o intuito de garantir a segurança da capital, e não apenas realizar ações humanitárias. Os militares fizeram patrulhas, impedindo roubos e saques, minimizando as ações criminosas que atingiam a maior parte de Porto Príncipe. Em entrevista à *Folha*, o presidente haitiano, René Préval, afirmou que deseja apoio político brasileiro para um plano de longo prazo para a reconstrução do país, cuja base está na criação de um fundo para organizar e canalizar a ajuda internacional para as reais necessidades do Haiti. Ainda de acordo com Préval, a Minustah tem tido um papel importante na manutenção da segurança nos bairros mais pobres da capital e na formação de policiais, além de ter ajudado muito a população durante a passagem de quatro furacões em 2008 e no terremoto em janeiro deste ano. Segundo Préval, a Minustah deverá permanecer no Haiti por mais tempo, ao contrário das outras missões de paz que foram encerradas antes de atingir suas metas. (Folha de S. Paulo – Mundo – 14/02/10; Folha de S. Paulo – Mundo - 19/02/10; O Estado de S. Paulo – 13/02/10)

### 3- Jornalista analisa exoneração de general que criticou a Comissão da Verdade

Em coluna opinativa ao jornal *Folha de S. Paulo*, dia 14/02/10, o jornalista Elio Gaspari congratulou a exoneração do general Maynard Marques de Santa Rosa do seu cargo no Departamento-Geral de Pessoal do Exército. O coronel foi exonerado por ter denominado de "comissão da calúnia" a Comissão da Verdade que o governo deseja criar para investigar crimes cometidos durante o regime militar (1964-1985). Gaspari, no entanto, afirmou que o general deveria ter sido disciplinado na época em que criticou a conduta do governo em relação à demarcação da reserva indígena no estado de Roraima. Nas palavras de Gaspari: "Um cidadão tem todo o direito de achar que a Comissão da Verdade será uma 'Comissão da Calúnia', mas militar, de cabo a general, não pode expressar publicamente suas opiniões políticas. Muito menos atacar um decreto presidencial". Para o jornalista, os casos de insubordinação militar não foram raros no Brasil durante o século XX, especialmente durante o regime militar. Gaspari também criticou a posição do ex-ministro da Justiça, Tarso Genro, nas discussões sobre o tema dos direitos humanos e a investigação dos casos de tortura e violência ocorridas no regime militar. O jornalista afirmou que o governo atual não se esforça para descobrir os fatos ocorridos, mas tem simulado investigações. No caso da guerrilha do Araguaia (1972-1975), Genro teria afirmado que as tropas militares ""Participaram dos combates no Araguaia, mas aquilo é combate militar, não é repressão política no porões", o

que o jornalista denominou que é um “caso típico de manipulação stalinista da história”. (Folha de S. Paulo – Brasil – 14/02/10)

#### 4- Submarino adquirido pelo Brasil é criticado pelo governo malaio

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o submarino francês Scorpène foi criticado pelo governo da Malásia em virtude de problemas para realizar a submersão de maneira segura. Tal notícia gera repercussões no Brasil porque esse foi o modelo de submarino convencional que o país negociou com a França em 2009, embora a embarcação comprada pelo Brasil tenha características próprias. O contrato, que inclui a aquisição de quatro submarinos e apoio logístico, deve custar aproximadamente 5 bilhões de reais aos cofres brasileiros. Com a construção de base, estaleiro e o submarino de propulsão nuclear a parceria gira em torno de 17 bilhões, excetuando dessa conta logística e armas. O que atrai atenção maior para tal problema é a decisão do governo malaio de se pronunciar publicamente sobre o ocorrido, além das denúncias de que um funcionário do Ministério da Defesa malaio aceitou propina da França para fechar o negócio, fato que ambos os governos negam. Atualmente, a Marinha brasileira utiliza submarinos diesel-elétricos alemães e a troca de modelo foi taxada como antieconômica. O governo brasileiro, no entanto, alega que priorizou a parceria com a França em virtude da transferência de tecnologia nuclear para o casco, reator e sistema de propulsão do futuro submarino nuclear brasileiro. Um fato que gerou inquietações para analistas foi o já estabelecido acordo, sem licitação ou diálogo oficial com o Brasil, entre o estaleiro francês DCNS e a empreiteira Odebrecht para as futuras montagens. O Brasil desprenderá uma quantia de 4,75 bilhões de reais apenas nesse negócio, o qual já estava incluído na oferta francesa. (Folha de S. Paulo – Brasil – 16/02/10)

#### 5- Programa de governo do Partido dos Trabalhadores pode reascender discussão sobre a Comissão da Verdade

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva possivelmente enfrentará novo problema referente ao Programa Nacional de Direitos Humanos. Isso porque no documento que apresenta as diretrizes do programa de governo da pré-candidata à presidência da República Dilma Rousseff, o Partido dos Trabalhadores (PT) propõe a "abertura dos arquivos e implementação da Comissão da Verdade, para esclarecimento público dos casos de torturas, assassinatos e desaparecimentos políticos no Brasil". Esta proposta defendida pelo PT foi o ponto que anteriormente causou um contratempo entre os ministros Nelson Jobim, da Defesa, e Paulo Vanunuchi, dos Direitos Humanos, o que acabou levando o presidente Lula a editar um novo decreto retirando expressões que causaram descontentamento entre os militares. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 18/02/10).

#### 6- Morre o último chefe do extinto Serviço Nacional de Informação

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, morreu aos 87 anos o general da reserva Ivan de Souza Mendes, o último chefe do extinto Serviço Nacional de Informação (SNI). Souza Mendes morreu em decorrência de infecção

generalizada. Ele foi interventor da Prefeitura de Brasília logo após o golpe militar de 31 de março de 1964, integrava o grupo militares liderados pelo general Humberto Castello Branco na conspiração que derrubou o então presidente da República João Goulart, serviu no Gabinete Militar sob ordens do general Ernesto Geisel, ocupou o posto de adido militar no Peru e comandou a 8ª Região Militar em Belém. Em março de 1985 foi nomeado ministro-chefe do SNI pelo então presidente José Sarney e ficou no órgão até a extinção do mesmo em 1990. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/02/10)

### **SITES DE REFERÊNCIA**

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

Jornal do Brasil – [www.jb.com.br](http://www.jb.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [observatoriodefesa@gedes.org.br](mailto:observatoriodefesa@gedes.org.br).

### **\*\*\*Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, mestranda em Relações Internacionais); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História, bolsista FAPESP); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Marina Salomão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).